

A INTERDISCURSIVIDADE EM SITUAÇÕES DE INTERAÇÃO POLÊMICA

Maria Célia Cortez PASSETTI
(passetti@wnet.com.br)
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

A partir de análises já empreendidas sobre a polemicidade em perguntas e respostas (Ps-Rs) ¹, na qual trabalhei a materialidade discursiva de textos resultantes de entrevistas televisivas do Programa Roda Viva da TV Cultura sobre a reforma agrária, no período de 1996 a 1998, procuro, neste texto, refletir especificamente sobre o modo de atuação do interdiscurso nesse acontecimento enunciativo específico, caracterizado pela interação entrevistadores – entrevistado – mediador – público telespectador, sob as coerções da formação discursiva (FD) midiática que, no gênero entrevista, configura um modo particular de interação² pautado no par conversacional pergunta e resposta (P-R).

O modo de funcionamento interdiscursivo nas Ps-Rs é fundamental para descrever os momentos em que a interação se torna polêmica. Essa depende do trabalho dos sujeitos ao perguntarem ou responderem de posições-sujeito, a partir das quais realizem um trabalho de tal forma sobre o Outro discurso, ³ que promovam uma injunção ao dizer da resposta, obrigando o interlocutor, de um lado, a atender ou a justificar o não atendimento da demanda ilocucional ⁴ da pergunta; e de outro, a reverter o quadro injuntivo construído na P, para poder responder, sem ferir o sistema semântico global da FD a qual seu discurso se filie.

A polemicidade na pergunta (P) cria relações pragmático-interativas com o interlocutor que o obriga a reverter seu discurso do papel de paciente para agente de resignificação. Isto se dá numa relação não de carência informativa, que colocaria o entrevistador numa posição inferior a do entrevistado, mas numa posição de igualdade que possibilita a disputa simbólica pelos sentidos perante o público.

O conceito de interdiscurso, tal como propõe MAINGUENEAU (1984), foi-me bastante produtivo para explicar a “interincompreensão” constitutiva dos discursos sobre a reforma agrária, na medida em que permitiu identificar não só casos de presença mostrada de Outro discurso, como também uma presença constitutiva, no sentido de explicar o próprio ato de formulação de uma P numa dada orientação argumentativa.

Usando a metalinguagem de AUTHIER-REVUZ (1982) para descrever a

¹ Vide PASSETTI: 2002.

² Trata-se de um entrevistado “contra” uma bancada de entrevistadores, sem uma ordem pré-estabelecida para a tomada da palavra, em que há uma disputa pelo turno de pergunta entre os entrevistadores, que muitas vezes gera sobreposição de vozes, levando à incompreensão e à interferência necessária do mediador do programa. Há também a co-participação na elaboração das perguntas, a retomada de Ps dos colegas entrevistadores e a participação indireta do público.

³ Usamos letra maiúscula para nos referirmos ao Outro discursivo e não à figura do interlocutor.

⁴ As perguntas abertas ou informativas realizam demandas activas (quem? o que?), causais (por que?), explicativas (como?), finais (para que?), espaciais (onde?) quantitativas (quanto?) e originais (onde/de onde?); já as perguntas fechadas ou confirmativas, por serem semanticamente cheias, levam a respostas de tipo sim ou não.

polemicidade entre discursos, posso dizer que há perguntas com uma polemicidade mostrada, em que o Outro discurso é inserido no intradiscurso de forma explícita ou implícita e cuja análise pode se restringir à P mesma ou a ela nas relações com seu prefácio; e há outras com uma polemicidade constitutiva que é inerente à própria formulação da P e ao seu endereçamento a um determinado interlocutor.

O quadro enunciativo de coerção à resposta se dá com a construção de simulacros do Outro, de avaliações, de modalizações negativas, que operam o que ele chama de ‘tradução do Outro discurso’ ou ainda pelo silenciamento da própria posição-sujeito. Esse quadro torna a interação polêmica, no sentido de que para responder, o sujeito precisa, primeiramente, se libertar da “lógica argumentativa” construída pelo sistema semântico do discurso da P, para depois discorrer sobre as categorias próprias do seu discurso. Vejamos o exemplo abaixo, retirado da entrevista com João Pedro Stédile (JPS), líder do MST, quando este respondia a uma P de Francisco Graziano Neto (FGN) sobre a forma de aquisição de terra para a reforma agrária.

SD 01

FGN: “(...) Se o governo arruma terra e compra terra à vista, como você está condenando, paga dez vezes menos pra comprar essa terra, e dá essa terra pros sem terra, **mesmo assim vocês são contra?**”

JPS: “Você tá querendo usar uma pequena bala que é gostosa pra dizer que é solução no lugar do prato de comida...”.

A lógica capitalista do discurso da P, segundo a qual se pode fazer reforma agrária de forma mais rápida e barata comprando e vendendo terras, não pode compreender a insistência do MST na desapropriação das terras dos fazendeiros. A demanda por confirmação da contrariedade, dentro desse raciocínio, fixa para o telespectador uma imagem de radicalidade para o movimento. Já para a posição-sujeito socialista à qual adere JPS, a essência da reforma agrária é um mecanismo de penalização do latifundiário improdutivo. Daí que, para sair dessa injunção, JPS apele para um jogo metafórico como forma de justificar para o telespectador as razões de ser contrário ao modelo capitalista de reforma agrária.

Como o trabalho interdiscursivo é co-produzido no processo interativo, suas formas de manifestação constituir-se-ão de acordo com o modo em que se desenvolva essa interação. O jogo argumentativo não se resume à P ou a R de forma isolada. Dentro de uma seqüência tópica⁵, que comporta relações hierárquicas entre Ps e Rs, o fato de a P ser tópica ou subtópica explicou usos diferentes do elemento recuperado do interdiscurso. Nas tópicas o trabalho interdiscursivo pode se dar entre o prefácio que prepara a P e a demanda em si; já nas subtópicas o elemento da relação antagônica vem da resposta anterior e produz efeito de réplica ou de direcionamento para pontos específicos de diferença entre as FDs confrontadas.

Na SD abaixo transcrita, o entrevistado JPS vinha respondendo uma P tópica

⁵ Trabalhar com o intradiscurso de corpus falado exigiu que a análise considerasse e incorporasse as contribuições da metalinguagem de descrição textual-interativa adaptada ao tipo específico de interação promovida pelo Roda Viva. Assim criamos denominações para os diferentes modos de organização textual das PsRs e nossos recortes das seqüências discursivas de referência (SDRs) foram feitos não só pela polemicidade, nosso principal critério, mas também considerando, entre outros, critérios tópicos. Entretanto, cabe lembrar que a finalização de um tópico fechando uma SDR não significa consenso, os pontos de diferença entre os discursos tendem a permanecer e a constituírem uma memória polêmica.

sobre as formas de aquisição de terra para reforma agrária feita pelo entrevistador Francisco Graziano Neto (FGN), com o qual debatia, quando dois outros entrevistadores Josias de Souza (JS) e Paulo Henrique Amorim (PHA) intervêm para direcionar a discussão para os nós da polêmica: punir x penalizar; comprar/vender terras x desapropriá-las.

SD 02

JS: “ Senhor Stédile, o senhor pode explicar melhor essa frase/quer dizer: Comprar a terra, **o governo comprar a terra e dar para os sem-terra fere a essência da Reforma Agrária? O senhor pode explicar essa frase?**

[

JPS: Claro! A reforma agrária é o desapropriar (e pagar o sujeito/).

[

JS: **Reforma agrária não é dar terra, não é distribuir terra e fazer justiça social?**

[

JPS: Mas espera aí/ peraí, se o mecanismo que tu usa vira um prêmio para quem vende – como acabei de explicar antes – esse mecanismo vai levar a que ele compre uma outra terra maior ainda (em outro lugar) /

[

JS: Senhor Stédile, o senhor tá preocupado em resolver o problema do agricultor/(superposições incompreensíveis) o precatório não seria um prêmio também?

[

PHA **Senhor Stédile, a sua prioridade é resolver o problema do sem-terra ou punir o fazendeiro?**

JPS: As duas coisas, por ()/

PHA: Mas por que que/ (eu não consigo entender/)

[

JPS: (é problema) da mesma moeda. Tu não consegue/ ((falou rindo)) é isso aí. É o grande problema do Brasil: como resolver o problema da miséria sem afetar os ricos? Por que as elites querem isso (superposição incompreensível)). As elites querem acabar com a pobreza. Mas, a minha riqueza é intocável. Isso/ ((risos))

A injunção à radicalidade reaparece na P afirmativa de PHA, a qual se mostra filiada à posição do fazendeiro que vê na desapropriação uma punição muito severa, por ferir seu direito de propriedade. Já o entrevistador JS usa a confirmação negativa do que é próprio ao outro discurso, como forma de convencer o telespectador de que a forma capitalista também era justa socialmente. “O nó” só se desfaz quando JPS não atende à injunção à escolha única e coloca a questão como sendo dois lados de uma mesma moeda.

O modo de apropriação do interdiscurso depende também das coerções tipológicas das perguntas, de modo que as afirmativas abrem maior espaço para o trabalho

interdiscursivo polêmico do sujeito e permitem a identificação mais explícita da posição-sujeito questionadora e a inserção de outras posições antagônicas utilizadas para construir a injunção da P. É comum ocorrerem demandas por confirmação da própria tradução do Outro discurso, principalmente em perguntas subtópicas, quando o entrevistador simula uma paráfrase, mas realiza uma tradução polêmica do discurso do outro, como ocorre na SD abaixo.

SD 03

PHA: “(...) Nós estamos chegando a um ponto importante aí – o senhor me corrija se eu estiver enganado – **quer dizer, o movimento da reforma agrária tem que ser, simultaneamente, um movimento que resolva o problema do agricultor e um movimento que puna o fazendeiro?**”

FM: **E que crie um problema para o fazendeiro? (...)**

JPS: Não é que crie o problema. Ele tem que atuar na desconcentração da propriedade da terra...”.

Nesse exemplo o uso do verbo “punir” mostra uma filiação do entrevistador PHA a posição-sujeito anti-reformista do fazendeiro, à qual se opõe o representante do MST, que designa o mesmo fato por “penalização” imposta ao fazendeiro improdutivo; na resposta, o entrevistado recusa a expressão negativa “criar problema para o fazendeiro” traduzindo-a por “atuação do governo na desconcentração da propriedade da terra” que vai de encontro às categorias semânticas positivas do discurso reformista amplo.

Na demanda por informação, cada identificação requerida está sustentada em pré-construídos, que dificultam o fornecimento da informação no modo como foi requisitada. Nesse tipo de P, a polemicidade atinge ainda o modo de doação dos objetos do discurso, que aliado ao apagamento da posição-sujeito, leva, muitas vezes, à criação de um discurso genérico, dado como transparente e inquestionável. É justamente o trabalho de sustentação desse discurso que propicia a construção de um quadro de injunção a uma resposta na orientação argumentativa esperada pela posição-sujeito questionadora.

A título de exemplificação segue abaixo um recorte discursivo de outra entrevista, em que a entrevistadora Eliane Cantanhede (EC) se mostrou filiada a uma formação discursiva reformista ampla⁶ pelo modo como questionou o representante do governo, que, por sua vez, mostrou-se filiado à formação discursiva reformista limitada. Num dado momento em que Milton Seligman (MI), na época presidente do Incra, era questionado sobre os números de assentamentos da reforma agrária, a pergunta introdutória do tópico pela entrevistadora EC demandava pelas razões de o governo, há dezenas de anos, não conseguir vencer a pressão recebida dos latifundiários e políticos nordestinos. O entrevistado embora admitisse que o país ainda não tivesse enfrentado a questão social, salientava que a partir do então governo de FHC estar-se-ia iniciando este enfrentamento e seu discurso vinha seguindo na linha de valorização do “fantástico número de assentamentos” daquele governo. A entrevistadora, então, toma o turno para afunilar a discussão para o nó da polêmica ao demandar pelo fornecimento de ações de política agrária:

⁶ Pela análise do modo de formulação das Ps-Rs, identifiquei três posições-sujeito diferentes em relação à reforma agrária: uma FD anti-reformista, defendida por representantes do agronegócio e duas FDs reformistas: uma ampla (MST e pastoral da terra) e outra limitada (defendida pelo governo).

SD 04

EC: “... **fica uma guerra de números e o que se faz além do puro assentamento, quer dizer⁷, o que se faz como política agrária nesse país?**”

MI: Bem eu acho que o importante é dizer o que que é o “puro assentamento”, quer dizer, o puro assentamento é uma desapropriação, uma/uma /uma colocação das famílias em um lote de terra, a concessão de cinco tipos diferentes de crédito (...) e obras de infra-estrutura associada a esse assentamento. Esse é o puro – digamos – assentamento. É o que/ é o programa de reforma agrário brasileiro. Isso significa um volume de investimentos, sem precedentes, na pobreza, no enfrentamento da pobreza rural do Brasil.”

A demanda activa presente no modo de formulação da P da entrevistadora permitiu-nos identificar que ela questionava de uma posição para a qual política agrária seria algo mais que “um puro assentamento” e, portanto, dessa posição era legítima sua demanda pelo fornecimento de ações extra-assentamento. Assim no nível mesmo do enunciado, como propõe COURTINE (1982) a relação polêmica constitutiva de sua FD permite, principalmente considerando-se a relação intra-textual entre P e R, a constituição das posições-sujeito em conflito. Portanto a partir da polemicidade constitutiva da P instaura-se uma interação polêmica, no sentido de que o entrevistado vê-se ilocucionalmente obrigado a fornecer uma resposta à demanda activa da P (o que se faz?) formulada a partir de um processo de tradução do discurso do governo (puro assentamento) regido pelo sistema semântico global da formação discursiva reformista ampla, que não via naquele governo ações de política agrária.

O interdiscurso é o responsável por um duplo processo argumentativo nas Ps-Rs, sendo que nestas últimas um primeiro movimento argumentativo é o de desconstrução do simulacro de seu discurso, re-significando, por exemplo, o “puro assentamento” a partir do sistema semântico da FD governista; e um segundo de fixação das categorias próprias do discurso governista, para o qual essas ações se constituíam em um “programa de reforma agrária brasileiro”.

Na análise das relações polêmicas entre as Ps e as Rs é possível ao analista chegar aos nós de polêmica que definem a identidade de cada FD, como neste caso, em que a diferença está na própria concepção de reforma agrária como enfrentamento ao latifúndio ou apenas à pobreza rural. Então, como o trabalho polêmico na P pode ameaçar a identidade do discurso do entrevistado, a polêmica se instaura, porque cada discurso constrói suas “verdades” e seus sujeitos a disputam perante o público.

Identifiquei essas relações também em Ps que não tinham no nível da formulação nenhuma marca explícita da presença de um Outro discurso interferindo no seu modo de formulação. Nesses casos, a análise precisou considerar a questão da memória discursiva e de sua influência nos processos específicos de P-Rs. Vamos a um exemplo, novamente da primeira entrevista, a título de amostragem dessa possibilidade enunciativa.

SD 05

PM: Senhor Stédile, eu queria remeter à pergunta, à questão, pro que é a essência da proposta dos sem terra, que é a questão da reforma agrária. O documento e o livro que o senhor fez aqui: “A questão agrária no Brasil”, há uma análise que identifica quatro tipos de reforma agrária que já foram tentadas no Brasil – a antifeudal, que era a que o Partido Comunista, com o Nelson ()

⁷ Temos aqui uma boa mostra de como funciona a paráfrase discursiva dentro de uma P que instaura a polêmica justamente por ser endereçada a um interlocutor que não pode aceitar o quadro de coerção construído sob o simulacro de seu discurso.

pregava; a para/ pra desenvolver o mercado interno, que é do Celso Furtado e outros. Tá certo! Eu tô simplificando! Uma reforma agrária, que é o projeto do ideal cristão e uma reforma agrária anticapitalista. **Qual dessas quatro você elegeu?**

JPS: Bem, em teoria, tu pode defender qualquer uma delas, não é?

PM: Mas, na prática?

JPS: Assim, como eu, pessoalmente, posso defender qualquer uma delas. Eu acho que, na verdade, na prática, no Brasil, não vai depender de algum estudioso ou eu botar num livro: “Vai ser assim”. É a co-relação de forças e a contradição que vai se gerando nessa luta pela reforma agrária é que vai determinar qual é tipo de reforma (agrária).

[

A P informativa incide não sobre a ação (de escolher), mas sobre o actante suporte dela (um tipo de reforma agrária). O fato de obrigar ao fornecimento de uma R sob categorias semânticas de exclusividade (um só tipo de reforma agrária) e de o verbo elegeu portar uma carga semântica de opção por algo de melhor qualidade, além de operar num vazio quanto aos seus complementos (elegeu para quê? Para quem?), constitui-se num modo de injunção à resposta sob estruturas radicais.

O sujeito entrevistador Paulo Markun (PM) remete a discussão para o tópico que anteriormente vinha sendo debatido sobre o modelo econômico defendido pelo MST. O entrevistador “cerca” o entrevistado voltando-se para as categorias próprias do seu discurso, de forma a obrigá-lo a confirmar perante o público o tipo de reforma agrária defendido pelo MST. Essa injunção faz crer que ele já tenha feito uma e só uma escolha e que ele deva revelá-la ao telespectador, tornando o próprio ato de formulação da P constitutivamente polêmico em relação ao discurso socialista mostrado pelo entrevistado.

Afetado pelas coerções sócio-históricas o entrevistado precisa sair da injunção da P à exclusividade, e, por conseguinte, à radicalidade e se abrir para a causa em si da luta do movimento (a reforma agrária). Para isso sua estratégia é mostrar-se regido pela FD socialista cujo princípio histórico de luta de classes em correlação de forças não pode elegeu um tipo de reforma agrária como ideal, pois isso seria definido pelo processo sócio-histórico.

Deste modo o entrevistado consegue fugir a uma manifesta intencionalidade de confirmação do tipo socialista pelo próprio modo de ser socialista e o que pareceria inadequação (não fornecimento do actante) passa a se configurar como estratégia discursiva pertinente para sair do processo coercitivo da P enunciada.

O fato de ser um ano pré-eleitoral em que a associação do MST ao presidenciável Lula orientava negativamente, no sentido do medo do socialismo e positivamente à reeleição de FHC e à manutenção do sistema capitalista, permite compreender porque o entrevistador insiste na injunção a uma R única própria do discurso socialista e como reitera uma imagem radical para o movimento.

O processo interativo polêmico nas entrevistas televisivas analisadas mostrou uma disputa pela fixação de sentidos para o telespectador, na qual percebemos que cada

posição-sujeito, tanto no processo textual da P como no da R, pauta seu discurso em função das coerções de sua FD. Essa visão interdiscursiva levou-me a divergir de algumas teorias pragmáticas como a de MOESCHLER (1986) sobre a questão da adequação das respostas às perguntas, pois até mesmo uma eventual “inadequação” no nível pragmático-ilocucional pode ser compreendida em função da ideologia que rege a FD à qual o sujeito se mostre filiado.

Desmistificando a onipresença da informatividade, a consideração do interdiscurso permitiu-me mostrar que, mesmo em seqüências com perguntas informativas a sustentação em pré-construídos ajuda a construir o quadro polêmico de aprisionamento do interlocutor. O modo de injunção, que numa dada posição-sujeito tem sua existência logicamente inserida, vai exigir um trabalho de re-significação ou de tradução por um outro sistema semântico que viabilize não só o fornecimento ou não da demanda como o modo como isso deva, sob esta outra ideologia, ser formulado.

Na dinamicidade do processo interativo midiático, em geral, a produção de simulacros do Outro nas Ps constitui um sério entrave à resposta do entrevistado, já que nem sempre ele dispõe de tempo e de condições interativas propícias para desconstruí-los e, em seguida, promover a fixação de seu registro positivo. O mesmo ocorre com a presença de pressupostos antagônicos sustentando as Ps, que podem passar até despercebidos pelo entrevistado e, dependendo da R fornecida, comprometer sua imagem perante o público.

Numa situação midiaticizada, como a entrevista televisiva, a P polêmica é feita para insinuar já uma resposta adequada à posição ideológica de quem pergunta, numa tentativa de fixar para o telespectador a sua própria visão do tema. Embora haja o diálogo, via P-R, nas situações polêmicas, um não pode compreender o outro, pois, cada posição-sujeito quer fixar seus sentidos. Então o debate se configura e o modo de construção das Ps e da inter-relação entre Ps-Rs é decisivo na disputa pela fixação de sentidos perante a opinião pública.

Na análise específica do Roda Viva, a polemicidade construída no eixo vertical que implicava réplicas e contra-argumentações tendiam a levar o debate para os pontos de diferença entre as FDs confrontadas, construídas pelo cerco ao entrevistado feito em parceria por dois ou mais entrevistadores ideologicamente alinhados; enquanto a polemicidade num eixo horizontal, se dava pelo acúmulo de injunções que tendiam a funcionar como antecipações de respostas à própria P formulada por um único entrevistador.

Ps-Rs, em relações interdiscursivas polêmicas apontam para FDs de tal maneira antagônicas, que é possível levantar seus pontos de interincompreensão, os quais, por sua vez, apontam as diferenças regidas pela semântica global dos discursos em confronto. Esse tipo de interação face-a-face midiaticizada exige que o analista opere com o diálogo e a dialogia, com o intra e o interdiscurso, que ouse fazer análise de discurso num campo minado por categorias da análise da conversação. A compreensão do funcionamento interdiscursivo passa, então, por uma análise exaustiva e minuciosa do trabalho lingüístico no nível do intradiscurso, sem o qual se corre o risco de produzir análises que desconsiderem o fato de que o interdiscurso movimenta a língua.

Referências bibliográficas

- 01 AUTHIER-REVUZ, Jaqueline. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: Éléments pour une approche de l'autre dans le discours. *DRLAV* n°. 26, p.91-151, 1982.
- 02 COURTINE, Jean Jacques Définition d'orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours. *Philosophiques*, v. 4, n. 2, p. 239-64, October, 1982.
- 03 MAINGUENEAU, Dominique. *Genèses du discours*. Bruxelles: Pierre Mardaga Editeur, 1984.
- 04 MOESCHLER, J. Answers to questions about questions and answers. *Journal of Pragmatics*, v. 10, n. 2, apr. 1986.
- 05 PASSETTI, M.C.C. *Polemicidade em perguntas e respostas de entrevistas televisivas: a reforma agrária em discussão no programa Roda Viva*. Tese de doutorado. Assis, UNESP, 2002.
- 06 PÊCHEUX, Michel Les vérités de la palice. Paris: Maspero, 1975. Trad. Bras. Semântica e Discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: ed. da Unicamp, 1988.